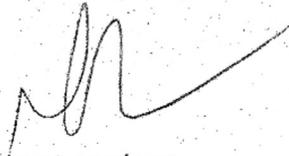


**ATA DA 24ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2017/2019 - DO CONSELHO
DELIBERATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO
DO MEIO AMBIENTE – FMPRMA**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a 24ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FMPRMA, biênio 2017/2019, na Secretaria do Meio Ambiente - SEMAM, à Praça dos Expedicionários nº. 10, 9º. andar. Estavam presentes: Sr. Marcos Libório – Presidente do FMPRMA e Secretário do Meio Ambiente (SEMAM), Sra. Viviane Ferreira Amaral (SEMAM), Sr. Domingos Tringalli (AEAS), Sra. Marly Alvarez Cimino (PRODESAN), Sra. Patrícia Trindade Do Val (OAB) e Sr. Lupércio Teixeira Filho (SEFIN). Convidados: Sr. Marcio Gonçalves Paulo (Agente Técnico/SEMAM), Sr. Júlio Eduardo dos Santos (Secretário SEDURB), Sr. Marcus Neves (COPOLAM). Ausência justificada: Sra. Vivian Fernanda Merola (UNISANTOS). Pauta da reunião: 1 – Leitura e aprovação da Ata da 23ª. Reunião Ordinária. 2 – Projetos, editais em andamento. 3 – Assuntos gerais. O Sr. Marcos Libório iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. A Ata, enviada por e-mail para leitura prévia, foi **aprovada**. Relatou que esteve em encontro sobre a Carta de combate ao lixo do mar em Bertioga e que em âmbito estadual haverá continuidade política, lembrando que o ministro do Meio Ambiente ainda não foi escolhido. Sra. Viviane, DEPCAM, disse que trouxe informações sobre três editais, Pescador ecológico, Recicla praia e o da Concidadania. Sobre o processo nº 59.594/2018-77 que inclui a aquisição de um drone, Sra. Patrícia participou a todos que os conselheiros não se manifestaram por e-mail, como combinado, mas que os questionamentos foram respondidos pelos técnicos da SEDURB. Sr. Júlio explicou a respeito dos andamentos do projeto sobre erosão da Ponta da Praia e em seguida quanto à verba não utilizada da regularização fundiária, solicitada para compra de equipamentos, inclusive um drone, no valor de **R\$93.000**. O presidente perguntou aos conselheiros se os esclarecimentos foram suficientes e eles responderam que sim. O presidente esclareceu que se o recurso não for utilizado, volta para o Fundo, segundo o regimento, e que o projeto deveria ter utilizado o total da verba. Sr. Marcio Paulo explicou que, segundo o regimento do FMPRMA, eventuais sobras e correção financeira reverterem ao FMPRMA. A contribuição jurídica é fundamental e a aprovação deve ser dos conselheiros. Iniciada a votação, Sra. Patrícia se colocou contra. De acordo com seu entendimento sobre a resposta do Ministério Público, é permitido desde que o conselho do FMPRMA aprove, é contra porque existem outros projetos importantes e essa verba fará falta. Ressaltou que também se coloca contra quando a compra é para equipamentos da Secretaria de Meio Ambiente. Em seguida, Sra. Marly disse que acompanha o mesmo pensamento, o restante do valor do projeto deve ser revertido para o Fundo de Meio Ambiente. Passando a palavra ao Sr. Domingos, esse considera a regularização fundiária muito importante e entende que a prefeitura está muito defasada quanto à tecnologia, que se juridicamente é aprovado e, como a verba está saindo e voltando para a regularização fundiária, concorda. Sr. Lupércio disse que se é para a melhoria dos trabalhos, não vê nada contra. Sra. Patrícia leu o parecer do promotor que não vê óbice, e esclarece que o Conselho do Fundo é soberano. Sra. Viviane se absteve e passou o último voto, de desempate, ao presidente. Ele relatou que de acordo com o regimento do Fundo e da regularização fundiária não há óbice e

que as secretarias precisam estar devidamente equipadas, incluindo a COHAB nesse assunto, e por isso voltou a favor, considerando que colherão resultados em seis meses, lembrando também que há processos sobre o assunto sendo discutidos desde 2014. Sra. Patrícia incluiu a condição de que o drone e demais equipamentos adquiridos, incluídos nesse processo, também sejam utilizados pela Secretaria de Meio Ambiente, que a liberação esteja condicionada à prestação de contas da compra dos equipamentos e após 06 (seis) meses realizem a prestação de contas da utilização dos equipamentos, a fim de evidenciar que serviram ao objetivo proposto, qual seja, regularização fundiária e suporte à SEMAM. O secretário Júlio esclareceu que serão equipamentos da prefeitura, com uso também pela Defesa Civil. Sendo assim, **aprovado** por 3 votos a 2, com uma abstenção. Ele agradeceu, se retirando da reunião. O presidente disse que se trata de uma parceria frutífera. Passando ao projeto Recicla praia, Sra. Viviane informou que foram solicitadas correções burocráticas no edital e contando o tempo de resposta do jurídico e para colocar o projeto em atividade, provavelmente não será possível para este verão, sendo adiado para 2020. Sr. Marcus Neves explicou que em paralelo, existe um projeto, da Niltex, que inclui os carrinhos da praia e precisará de uma Ong para destinação dos resíduos, fazendo convênio com a Ong Sem Fronteira, o interessado procurou a SEMAM apresentando o projeto à equipe técnica, mostrando interesse em desenvolver o projeto no verão, mas o projeto só poderá ser desenvolvido após a autorização legal. Autorizada, a Secretaria de Meio Ambiente poderá se integrar com o projeto Verão do Clima, que possui 24 estagiários do estado, apoiado pela prefeitura para realizar educação ambiental na praia. O presidente perguntou como seria a identidade visual e Sr. Marcus Neves explicou que colocarão o brasão da prefeitura, escrito Secretaria de Meio Ambiente, Sra. Patrícia sugeriu colocar no guarda-chuva da Cidade Sustentável e Sr. Marcio Paulo que os resíduos orgânicos sejam direcionados para compostagem, o presidente sugeriu que podem fazer no Orquidário. Sra. Viviane lembrou que é necessário orçamento do Fundo para as leiras. O presidente ressaltou que estão aprovando os projetos e ficando presos na burocracia. Ele quer que a praia surta a impressão de um ambiente cuidado e lembrou sobre a propaganda em bandeirinhas. Em seguida, Sr. Neves explicou sobre a cartilha utilizada na educação ambiental, com conceito família e verba estimada de R\$35.500, a R\$1,18 por unidade, para 30 mil exemplares, com mesmo material e número de páginas, apresentou slides utilizados para apresentação por convite do Ministério Público. Elas são utilizadas em outros projetos durante o ano, como nas feiras, as quais em 2019 terão a parceria do curso de nutrição da UNIMES. A estratégia da praia é tirar o cidadão do automático para evitar o impacto do plástico na fauna e solicitou material de apoio para 2019, R\$14.500, totalizando **R\$50.000**, que foi **aprovado** por unanimidade. O presidente perguntou qual o valor de inserções na TV e Sr. Neves disse que cerca de R\$250.000, no mínimo. Sra. Patrícia levantou dúvidas sobre a efetividade por TV. O presidente colocou que precisam saber qual a chance da verba para o Recicla praia ser aprovada para o edital esse ano e se é possível mudar o objetivo da verba, pensando em comunicação de massa como veículo de conscientização e que, com persistência, dará resultados. Foi indicada data para realização de Reunião Extraordinária para 17 de dezembro, quando terão visão mais clara sobre o edital Recicla Praia, caso haja retorno dos processos da PROJUR com as considerações. Sobre o Pescador ecológico, está sendo analisado no jurídico, explicou Sra. Viviane. O presidente perguntou qual a expectativa de solução, se ainda para 2018, e Sra. Viviane acredita

que sim, explicou que não foi para empenho, foi enviado ao PROJUR pelo SAAF e está sendo corrigido por Sr. Paulo Batista. Sr. Marcio Paulo conversou com a Sra. Milena e Sr. Marcos Libório também com Sra. Renata, que considera prioridade do município, logo deverá ter aprovação rápida. Sra. Viviane disse que o projeto da Concidadania também precisará de correções. O presidente ressaltou que são três projetos a serem aprovados, com prazo de até 10 dias para definição do que esse Conselho decidirá, prazo em que aguardam a análise do departamento jurídico. Conta com a compreensão de todos e lembrou que estão ali para vencer as dificuldades. Em assuntos gerais, Sr. Marcio Paulo lembrou que o Comdema iniciará outro biênio e o Fundo está vinculado com quatro conselheiros, os novos representantes serão eleitos pelo novo Comdema em fevereiro. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Sandra Cunha dos Santos Sandra Cunha dos Santos, lavrei a presente ata, que após aprovada pelo Conselho, será assinada pelo Sr. Presidente.



MARCOS LIBÓRIO